

Hortas Tradicionais do Sul de Portugal

Uma perspetiva histórica





FICHA TÉCNICA

Título

Hortas Tradicionais do Sul de Portugal - Uma perspetiva histórica

Edição

Campo Arqueológico de Mértola

Direção Técnica

Jorge Revez

Paulo Silva

Ana Sanches

Conceção gráfica e edição

Artinvento - Estudos e Projetos, Lda

Conteúdos

ADPM

Cláudio Torres

Desidério Batista

Miguel Reimão Costa

Susana Gómez Martínez

Tiragem

500 exemplares

ISBN

978-989-8409-13-3

2013



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural

A Europa investe nas zonas rurais

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. MEMÓRIA DAS HORTAS E SABORES	6
3. HORTAS MEDIEVAIS EM MÉRTOLA	10
Algumas generalidades sobre a agricultura no al-Ândalus	10
Pequenas hortas na Mértola medieval	22
4. O LUGAR E A HORTA NA MONTANHA: O CASO DE FORTES NA SERRA DO ALGARVE	27
A horta na montanha no contexto do Mediterrâneo Ocidental	28
A paisagem e a horta na serra do Algarve	30
O monte de Fortes na serra de Castro Marim	35
5. AS HORTAS TRADICIONAIS DE BEJA E MÉRTOLA	45
6. CONCLUSÃO	56
7. BIBLIOGRAFIA	57

3. HORTAS MEDIEVAIS EM MÉRTOLA

Susana Gómez Martínez

São poucas as informações concretas disponíveis sobre a agricultura no território de Mértola na Idade Média em geral e no período islâmico em particular e, portanto, das hortas que nestas terras puderam ter existido nessa época. As poucas fontes medievais disponíveis são mudas a este respeito e a arqueologia ainda não desenvolveu trabalhos específicos que permitam preencher essa lacuna.

Para ter uma imagem aproximada do que poderão ter sido estas actividades agro-pecuárias, teremos de extrapolar alguns dados de carácter geral referentes a territórios com características físicas e históricas semelhantes, intuir que aspectos destas actividades tiveram uma continuidade ao longo dos séculos e foram registados pela antropologia, e cruzar esta informação com as referências mais antigas que nos relatam as fontes escritas locais ou regionais.

Algumas generalidades sobre a agricultura no al-Ândalus

Até à década de oitenta do século passado, a investigação sobre a agricultura de al-Ândalus fez-se, apenas, a partir das fontes escritas. Porém, unicamente alguns tipos de fontes, a literatura geográfica e os tratados de agricultura, forneciam informações interessantes sobre este tema.

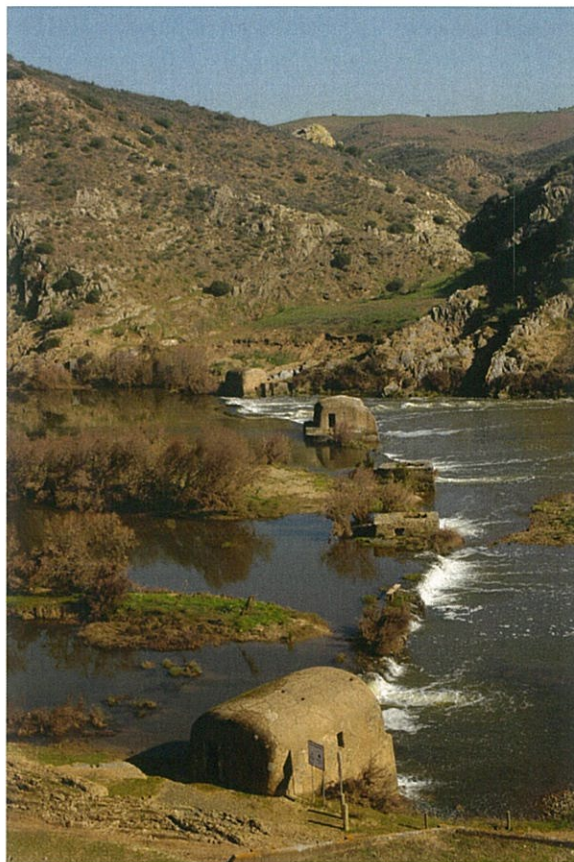


Figura I – Moinhos de água no Guadiana

No que diz respeito ao primeiro grupo de fontes, encontramos algumas apreciações gerais nas obras de Ibn Hawqal, al-Maqdisi e al-Himyari e Idrisi. Trata-se, sobretudo, de referências às culturas dominantes numa determinada região, sem grandes pormenores sobre as formas de explorar as terras, as técnicas agrícolas ou a organização da produção.

O segundo grupo proporciona informação muito pormenorizada mas de difícil atribuição a um espaço concreto. Este tipo de fonte peca, também, pelo seu carácter aristocrático: surgidas de

contextos palatinos ou eruditos, nem sempre corresponderam às práticas generalizadas entre a grande massa de camponeses do al-Ândalus. Em troca, abrangem um período cronológico considerável. Podemos encontrar tratados de botânica e agricultura desde o século IX, embora o auge deste género de literatura tenha lugar no século XI, em que os reis de taifa promoveram obras desta natureza nas suas cortes. Contudo, encontramos livros deste tipo também em época almóada e mesmo até no século XV, no Reino de Granada.

Nos primeiros anos surgem, sobretudo, os chamados “Calendários”, uma espécie de Borda D’água da época, em que se descrevem, cronologicamente, as actividades agronómicas de um ano completo. Dois dos mais conhecidos são o Calendário de Córdoba do ano 961 e o Calendário Moçárabe de Recemundo de Córdoba, também do século X.

A partir do século XI, surgem tratados de agronomia liberados dos constrangimentos da narrativa cronológica. Encontramos as obras dos toledanos Ibn Wafid e ibn Bassal, e o sevilhano Ibn Hedjadj. Já no século XII, encontramos as obras de Ibn al-Awwan e de al-Tingnari. O Tratado de Agricultura de Ibn Luyun, do século XV, fecha esta sequência de agrónomos em al-Ândalus. Estes tratados, sem paralelo no mundo cristão contemporâneo, assentavam numa base empírica podendo ser considerados textos científicos. No entanto, por vezes são difíceis de traduzir e interpretar e em alguns casos não é possível, sequer, identificar as espécies botânicas neles referidas.

Ainda podemos extrair uma valiosíssima informação dos repertórios notariais, dos tratados de *hisba* (uma espécie de manuais destinados ao bom governo da cidade) e de outras fontes de carácter jurídica que nos aproximam à normativa e às práticas legais que rodeavam esta actividade produtiva.

Nos últimos 30 anos, surgiram escolas de arqueologia

interessadas no estudo dos recursos agro-pecuários. Estes estudos pretendem colmatar a lacuna deixada pelas fontes escritas em relação às formas concretas de ocupar os terrenos e gerir a produção. A escola de Barcelona, dirigida pelo professor Barceló, e a de Lyon encabeçada por Patrice Cressier foram pioneiras neste tipo de estudos. Mais recentemente, o grupo de estudo liderado por Antonio Malpica desenvolve interessantes trabalhos sobre a paisagem e o aproveitamento dos recursos de diversas zonas do al-Ándalus.

Quanto às investigações arqueológicas, o estudo da agricultura intensiva de regadio e dos sistemas hidráulicos que lhes estavam implícitos foram temas prediletos dos investigadores, que analisaram em pormenor as hortas da costa mediterrânea da Península Ibérica determinando a estrutura dos sistemas irrigados e a tecnologia que implicava a sua implementação. No entanto, todos estes estudos sofriam sempre do mesmo problema: a eficácia destas estruturas fez com que só muito raramente deixassem de ser utilizadas e, assim, as hortas chegaram aos nossos dias sem que seja possível, na maior parte dos casos, determinar em que momento foram construídas e a diacronia da sua evolução. Em Portugal, este tipo de estudos para o período islâmico não foi empreendido de forma sistemática. Apenas contamos com algumas considerações recolhidas em obras de carácter geral.

Procuraremos na continuação, sintetizar alguma da informação existente para o al-Ándalus, a espera de estudos de pormenor que nos permitam desenhar um quadro específico para o Gharb al-Ándalus.

Pese a grande notoriedade que a agricultura intensiva dos espaços irrigados teve no al-Ándalus, a maior parte dos terrenos agrícolas eram ocupados com plantações de sequeiro, com um sistema de rotação bienal que deixava descansar as terras durante um ano. Produzia-se, sobretudo, cereais: a cevada, o sorgo (que segundo Glick terá sido trazido do Sudão pelos berberes), o centeio

(palavra de origem árabe *shantiyya*) e, sobretudo, o trigo do qual se cultivavam diversas espécies e qualidades. Era a base da alimentação e a sua importância foi sempre assinalada pelos autores da época como o sevilhano Ibn Abdun, do século XII, que se expressava assim no seu tratado de *hisba*:

“Por causa dos cereais se perdem existências e riquezas e por ele mudam de dono as cidades e os homens. Quando não se produzem, vêm a baixo as fortunas e se degrada toda organização social”.



Figura 2 – Enfardamento de cereal feito à mão no início do séc. XX

Contudo, o al-Ândalus era deficitário deste bem essencial o que obrigava a importar grandes quantidades do Norte de África. Esta carência propiciava práticas especulativas dos comerciantes, que eram moralmente condenadas nos tratados de *hisba* como o de Ibn Abdun onde se pode ler:

“Se proibirá aos tratantes que vendam a um especulador uma quantidade superior à necessária para o consumo anual da sua família, y vigie-se que se

faça assim, porque de outro modo se produz o aumento dos preços.”

A vinha também tinha uma forte implantação. Produzia-se para o consumo da uva, tanto fresca como passa, e para a fabricação de vinho (consumido por cristãos e judeus, mas também por muçulmanos pese à proibição corânica).

A oliveira tinha uma posição destacada, tanto para o consumo da azeitona como para a produção de azeite, que servia para a alimentação, mas também como combustível para a iluminação entre outros usos. Os textos referem várias qualidades de azeite: *zait al-ma* (literalmente azeite de água) de qualidade superior, *zait al-badd* (azeite de lagar) de qualidade média, e *zait al-matbuj* (azeite cozido) de qualidade inferior. A produção conseguia satisfazer as necessidades do al-Ândalus e, inclusive, destinar uma parte da produção para a importação da azeitona em conserva e, sobretudo, de azeite.

Entre as árvores de fruto, a figueira tinha um lugar de destaque. As fontes mencionam diversas qualidades: *qutiya* (gótico), *shaari* (peludo) e *dunaqal* (que teria sido trazido pelo poeta al-Gazal de uma missão em Constantinopla). Os excedentes desta produção também eram objecto de exportação a mercados longínquos (as fontes referem a própria Bagdade e mesmo até a Índia e a China).

Os textos árabes também mencionam, com grande interesse, a produção de plantas tintureiras e especiarias: o cominho (do árabe *kamun*), os coentros, o açafrão (do árabe *az-za'afra*), o cártamo ou açafrão bastardo e a *hena*.

Em época califal (século X) generaliza-se o cultivo da amoreira destinada a alimentar o bicho-da-seda que fornecia a matéria prima para a produção do *tiraz* (tecido bordado de luxo), que era preservado como um monopólio do estado omíada.

Mas é a agricultura intensiva de regadio que tem despertado

o maior interesse dos investigadores. Destaquemos os trabalhos de Glick, Watson, Patrice Cressier e as escolas de Barceló e Malpica. Em parte, deve-se ao facto de ter sido durante o período islâmico que foram introduzidas muitas das técnicas de aproveitamento hidráulico que configuraram os espaços irrigados de amplas regiões da Península. Muitas destas hortas, algumas delas ocupando vales completos, mantiveram-se até há pouco tempo em moldes tradicionais que, em muitos casos, reproduzem técnicas e costumes existentes já em época islâmica.

Originários de uma região, a Península da Arábia, onde a água é um bem escasso e precioso, os muçulmanos terão preservado, aperfeiçoado, desenvolvido e intensificado as práticas agrícolas do mundo antigo. Por um lado, teriam recolhido as técnicas ancestrais inventadas pelos grandes impérios da Mesopotâmia e do Egito, que tiveram uma difusão limitada no Mediterrâneo durante o Império Romano, por outro terão desenvolvido práticas específicas de zonas desérticas onde a água dos oásis era intensivamente utilizada.

Um indício da origem islâmica das técnicas de irrigação introduzidas na época medieval é o facto de muitas das palavras utilizadas nesta actividade terem a sua origem no árabe. Os especialistas referem, essencialmente, duas origens para as técnicas desenvolvidas na Idade Média islâmica: uma síria e outra iemenita. A primeira teria o seu reflexo, sobretudo nos sistemas de canais de rega, que permitem uma distribuição proporcional dos recursos hídricos. As práticas de origem iemenita referem-se aos sistemas de hortas desenvolvidos em oásis onde a água é muito escassa.

As técnicas de irrigação mais difundidas são as que utilizam açudes e barragens para controlar a água que depois é distribuída por derivação, aproveitando o desnível do terreno. Esta é a dominante nas grandes hortas das regiões mais orientais do al-Ândalus, especialmente em Valência, Alicante, Múrcia e Ilhas Baleares. Mas, por todo al-Ândalus, foram aproveitadas águas subterrâneas que

eram trazidas á superfície por meio de rodas elevatórias ou minas que iam buscar água aos níveis freáticos das encostas. Estariam muito difundidas tanto a picota ou cegonha, como a nora que utilizava a força animal para mover a roda elevatória. Ainda, era utilizada no al-Ândalus um outro tipo de nora, também chamada de roda persa, que aproveitava a própria corrente de uma linha de água para elevá-la a uma cota superior e abastecer terrenos mais altos.



Figura 3 – Antiga nora presente na cidade de Serpa

Bastante mais complexos eram os *qanat*, palavra que designa em árabe os sistemas de túneis e poços de respiração destinados a permitir a saída à superfície dos recursos dos aquíferos subterrâneos, furando os níveis geológicos que os impediam de surgir na superfície. Estes sistemas eram também conhecidos por “minas de água”.

Se os sistemas de transporte e derivação da água eram complexos,

não eram menos complexos os mecanismos de distribuição entre os utentes de um mesmo vale. A base do sistema era o princípio da distribuição proporcional à extensão da terra arável. Quando a água era abundante, a proporcionalidade da distribuição era assegurada pela capacidade dos canais de rega. Quando a água escasseava, era distribuída proporcionalmente, dividida em unidades de tempo de rega, mecanismo que ainda era utilizado nas grandes hortas de Múrcia nos anos oitenta do século passado. Estes mecanismos de distribuição implicavam um apertado controlo e responsabilização dos agricultores perante a “comunidade de regantes” e cada hortelão era responsável pela manutenção de todo o sistema de canalizações e poços, pela poupança de água e pelo rigoroso respeito do horário de rega se estabelecido.

Em alguns lugares, a água podia ser objecto de troca ou de venda (um camponês podia vender o seu turno de rega a um outro da mesma bacia hidráulica) mas em muitos outros este era um bem inerente à terra que não podia ser alienado.

No al-Ândalus, existiu uma administração pública que se ocupava do correto funcionamento dos complexos mecanismos de rega. Algumas das competências e métodos de regulamentação tinham raízes muito antigas que remontam, em alguns casos ao mesopotâmico Código de Hammurabi. As autoridades eram, por regra geral, membros da própria comunidade, embora os mais altos cargos eram designados por um poder político superior. Esta administração constava de uma polícia e de um tribunal das águas. Entre as figuras que constituíam esta autoridade, as fontes árabes referem o *Sahib al-saqiya*, que poderíamos traduzir literalmente como o senhor dos canais de rega (das *acequias* em castelhano). Tinha como função dirimir disputas, em processos orais, sentenciar e multar aos infratores. Outra figura administrativa era o *Qadi al-miyah* (literalmente o alcaide das águas) com as mesmas funções mas apenas com competências a nível local. O *Amin al-ma* (*alamin* em castelhano) era uma figura menor, com funções apenas administrativas, especialmente relativas a distribuição das águas.

A introdução de sistemas de irrigação em grandes zonas permitiu um acréscimo da produção muito significativo que, em alguns casos, chegava a proporcionar três colheitas anuais em rotação de culturas.

Que se cultivava nas grandes hortas de al-Ândalus? Entre as culturas extensivas irrigadas as fontes referem o trigo, as leguminosas e o arroz (termo de origem árabe) produzido por alagamento, que já era conhecido desde o século X, mas não tão consumido como actualmente. Porém, o mais comum era o cultivo de um variado leque de produtos hortícolas e árvores de fruto. Muitos dos produtos da horta são ainda designados com nomes de origem árabe como a beringela (*badhinjama*), a alface (*al-khássa*) ou a cenoura (*isfannariya*). No que diz respeito às árvores de fruto, as fontes referem com especial atenção as cerejas de Coimbra, as maçãs e as pêras de Silves e de Sintra, as romãs e as amêndoas.

Não foi raro o cultivo de espécies subtropicais, destacando-se a produção de cana-de-açúcar, bananas e tâmaras. Algumas fontes referem uma mítica introdução da palmeira pelo primeiro emir omíada de al-Ândalus, Abd al-Rahman I, oriundo da Síria, que terá ordenado a sua plantação para matar as saudades da sua terra. Muitos citrinos foram introduzidos nesta época: a lima, o limão, a cidra, a toranja, etc. Alguns autores defendem que a laranjeira terá chegado ao al-Ândalus como planta ornamental, na sua variante de laranja amarga, mas não devemos excluir o seu consumo, especialmente sob a forma de doces e compotas.

O tipo de cultivo condicionou e foi condicionado, simultaneamente, pelo regime da propriedade da terra e pela maior ou menor concentração de população em núcleos urbanos. Tradicionalmente, a historiografia aceitava que, nas zonas de sequeiro, dominou o grande latifúndio, cujos proprietários habitavam nas cidades e contratavam com os camponeses as formas de explorar a terra e o reparto de benefícios. Nas zonas onde dominava o regadio, que implicava uma maior proximidade do

agricultor devido as necessidades de rega intensiva e os muitos outros cuidados que a terra requeria, o povoamento estaria mais disperso, em pequenos núcleos, designados frequentemente nas fontes escritas com os termos árabes *al-qarya* e *al-daya* (que passariam ao português como alcaria e aldeia respetivamente). Nos últimos anos, a investigação sobre estas grandes hortas levou a pensar que este tipo de exploração da terra estaria ligado a grupos tribais que se organizariam por vale para aproveitar intensivamente os recursos hídricos, hipótese que ainda não foi confirmada.

Muito menos sabemos das características das pequenas hortas que rodeavam os núcleos urbanos, tanto das cidades como das alcarrias e aldeias. As fontes apenas as referem a propósito de outros aspectos do quotidiano. Assim, Ibn Abdun menciona, por exemplo, como eram local aproveitado pelas mulheres para lavar roupa, facto que as expunha a situações pouco honestas. Também alude às más condições de salubridade das suas águas:

“As hortaliças, como a alface, a chicória, as cenouras, etc., não devem ser lavadas nos tanques das hortas, que não há segurança de estarem limpos, mas sim no rio, onde a água é mais clara e pura.”

Os formulários notariais fornecem informações muito ricas sobre as condições impostas pelos proprietários das terras aos agricultores que as trabalhavam. Do teor das fontes, podemos inferir que era muito frequente os donos arrendarem as terras aos camponeses. Nos terrenos de sequeiro, este tipo de contrato recebia o nome de *muzaraa*, e era estabelecido para períodos de vários anos. Proprietário e arrendatário contribuíam, em partes iguais, com as sementes, mas a mão de obra e as ferramentas eram da exclusiva responsabilidade dos segundos. Os benefícios eram divididos, em geral, em partes iguais, embora, alguns contratos poderiam ser mais penalizadores para o agricultor que apenas ficaria com um quarto da colheita e ainda teria de pagar, pelo uso da terra, outros produtos como, por exemplo, carne para os feriados religiosos.

Os contratos de terras de regadio (designados com *musaqat*) costumavam ter outro tipo de condições contratuais, que incluíam uma repartição desigual dos benefícios, ficando aproximadamente uma terça parte das receitas para o camponês. Quando se tratava de pomares a designação era de *mugarasa*.

No caso de os terrenos serem propriedade pública (estatal ou das mesquitas) a situação era diferente. As quintas reais costumavam ser geridas por administradores ou intendentos que dirigiam a produção dos camponeses. No caso das propriedades das mesquitas, era mais frequente que a gestão das terras fosse concedida a grandes arrendadores que depois subarrendavam aos camponeses. Tanto uns como outros utilizavam, com frequência, o trabalho de jornaleiros que se concentravam em locais onde seriam contratados e onde costumava haver representantes da comunidade para apaziguar os possíveis conflitos entre os contratantes e os braceiros.

Em resumo, podemos concluir que no al-Ândalus assistiu-se a um crescente predomínio da agricultura irrigada e a um retrocesso do cultivo de cereal, especialmente do trigo, a julgar pelo sua escassez crónica. Ao contrário, as culturas de regadio teriam crescido de forma notável. O sucesso dos sistemas de irrigação levou alguns autores a falar de uma certa "siriação" do al-Ândalus, que passou a notar-se com a chegada dos primeiros emires omíadas, sobretudo na utilização de algumas técnicas construtivas e motivos ornamentais, nos estilos de vida, e mesmo até um certo mimetismo na paisagem rural, com a importação de técnicas de cultivo e espécies originárias do Oriente médio, sobretudo da Síria.



Figura 4 – Horta nas imediações da foz da ribeira de Oeiras, junto ao Guadiana

Pequenas hortas na Mértola medieval

As condições geográficas do território de Mértola nunca foram propícias para a instalação de extensos e complexos sistemas de regadio, que pressupunham a existência de grandes nascentes de água, de grandes extensões de água armazenada em açudes, e de terrenos férteis com solos profundos que pudessem ser organizados em terraços. O tipo de exploração que dominou sempre na região foi a pequena horta encaixada nas encostas dos escarpados vales, com o aproveitamento de poços ou pequenos açudes. Não existem referências nos textos árabes a esse respeito e, até agora, a arqueologia apenas tem contribuído com alguns exemplares de alcatruzes (os objectos cerâmicos que, atados à roda de uma nora, extraíam a água de um poço) e com as espécies vegetais que

a arqueobotânica tem detectado em alguns depósitos alimentares encontrados nas escavações.

Graças a esta ciência, especialmente aos trabalhos de Paula Queiroz e José Mateus, sabemos que em época islâmica, no Gharb al-Ândalus, se cultivavam diversas espécies de cereais (a cevada, o trigo, o centeio, o milho miúdo e a aveia), leguminosas (chícharos, ervilha e favinhas), frutas (figo, uva, framboesa, morango, melão, pepino, amora, camarinha, romã, noz, pêra, cereja ou gíngua, ameixa, abrunho, amêndoa, bolota, alperce, pêssêgo, azeitona, alfarroba, pinhão e medronho) e plantas aromáticas e condimentares (aipo, salsa, coentros, cominhos, verbena, mostarda, hortelã, uma outra menta ou poejo, alecrim e rosmaninho, estas últimas provenientes de matos e charnecas). Nos depósitos arqueológicos encontram-se, ainda, restos de cenoura, de couve ou nabo, beldroegas, bredos, urtigas e coriôla, não sendo possível discriminar entre as espécies e variedades cultivadas e as bravas.

Concretamente em Mértola, entre os detritos de uma fossa do Castelo do século XI, foram encontrados restos de uva, azeitona, pêssêgo, cereja, alperce, amêndoa, ameixa, abrunho, bolota e pinhão.

Teremos de esperar até finais da Idade Média e inícios do período moderno para ter referências escritas concretas sobre estes espaços irrigados. Concretamente, trata-se de menções nas "Visitações" que a Ordem de Santiago realizava às suas propriedades nas encomendas de Mértola e Alcária Ruiva e registava minuciosamente, essencialmente pela sua importância para efeitos fiscais e económicos.

Em 1482, o registo da Visitação à comenda de Mértola enumera, entre as propriedades santiaguistas "*uma horta da Ordem com seu cerco na ribeira de Oeiras*", certamente nos terrenos que no século XVII ocupou o convento de São Francisco e que, atualmente, acolhem as hortas urbanas promovidas pela Câmara Municipal.



Figura 5 – Convento de São Francisco em Mértola

Mais tarde, em 1515, esta horta é descrita como a de maiores dimensões da Ordem com um comprimento de 180 varas, isto é 198 m. Nela estavam plantadas muitas ameixieiras, marmeleiros, romaneiras, uma amoreira e outras árvores. Os benefícios desta horta, com os primeiros solhos que os pescadores deviam pagar como imposto, tinham sido concedidos ao alcaide-mor da vila, Francisco de Gois.

A ordem possuía também uma outra horta em Alcaria Ruiva, junto do ribeiro da aldeia, cercada com um “*vallado velho*” com umas dimensões de 36 por 12 varas (39,6 por 13,2m), na altura na posse do Comendador da Ordem, dom João de Mascarenhas, e, ainda, uma terceira na pose de *Martim Vaa*z, pela qual pagava, pela Páscoa de Ressurreição, uma galinha boa cada ano e pelo *chão* 12 ovos.

As “Visitações” também permitem deduzir a existência de hortas

em mãos de privados, como as de João Estévez Rasquinho e a horta da Crespa, mencionadas aquando da delimitação dos terrenos da Ordem.

Cinquenta anos mais tarde, a horta de Alcaria Ruiva estava muito danificada e, de facto, tinha deixado essa categoria, e passado ao cultivo de cereais. Porém, continuava na posse do Comendador da Ordem. Nessa mesma situação é referido em 1607: *“um terreno que foi horta”*, onde ainda se erguia uma oliveira e os restos da fonte que a regava. De facto, esta é a única referência às fontes de água que abasteciam os terrenos o que não é de estranhar dada a natureza fiscal/notarial dos documentos.

Tendo em conta a elevada posição social das personagens em cuja pose se encontravam as hortas da Ordem, deviam ser propriedades muito estimadas, que lhes proporcionavam elevados rendimentos. No entanto, estes acabaram por ser preteridos (como se deduz do grau de abandono em que se encontrava a horta de Alcaria Ruiva) a favor dos campos de cereal e do gado.

A este respeito, os documentos da Ordem de Santiago documentam, também, o conflito existente entre os proprietários de hortas e os de gado que frequentemente invadia as hortas danificando-as, ocasionando grandes prejuízos. Este conflito levou ao Mestre da Ordem, Dom Jorge Duque de Coimbra, a castigar os infractores com uma pena de 100 reais por cada cabeça de vacum e cinquenta por cabeça de ovelha ou porco, penas que se repartiriam em partes iguais entre a chancelaria da Ordem e as arcas do Concelho.

Os excedentes que estas pequenas hortas produziam seriam levados à vila para a sua venda e sujeitos a impostos para o rei. Assim o foral dado por Dom Manuel em 1512 determina que:

“E de carga maior de laranjas, cidras, pêras, cerejas, uvas verdes e figos e por toda outra fruta verde meio real por carga maior e outro tanto dos alhos secos e cebolas e melões e hortaliça. E quando das ditas cousas se vender ou levar

menos de meia arroba, não se pagará portagem pelo vendedor nem comprador.”

Desta breve introdução às hortas medievais de Mértola, podemos concluir que são mais as perguntas, incertezas e lacunas do que o nosso conhecimento sobre elas. Esperemos que, num futuro, projectos específicos de investigação possam trazer à luz uma actividade que foi, sem dúvida, crucial para a sobrevivência dos mertolenses.

7. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. C. [et al.] 2004. Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Volume 5. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- BARCELÓ ET ALII (1986) - *Les aigües cercades*. Palma de Mallorca.
- BARROS, Fátima; BOIÇA, Joaquim; GABRIEL, Celeste (1996) – *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As visitas e os Tombos da Ordem de Santiago*. Colecção Estudos e fontes para a História Local, nº 2. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- BRAUDEL, F. 1983. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II [1947]. volume I. Lisboa: Publicações D. Quixote,.
- CAVACO, C. 1976. O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar. Volume I. Faro: Gabinete do Planeamento da Região do Algarve.
- COSTA, M.R. 2009. Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- CRESSIER, Patrice (1989) – *El Agua en zonas áridas. I Coloquio de Historia y Medio Físico*. ISBN 8486862221.
- GLICK, Thomas (1988) – *Irrigación y sociedad en la Valencia Medieval*. Valencia, 1988.
- GOUVÊA, M. 1938. Algarve: Aspectos Fisiográficos. Dissertação para obtenção do grau de Doutor. Coimbra:

Universidade de Coimbra.

IBN ABDUN (1981) – *Sevilla a comienzos del siglo XII. El tratado de Ibn Abdūn* (Traducción de Emilio García Gómez y E. Lévi-Provençal). Sevilla: Servicio Municipal de Publicaciones. 1981.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1990) – España Musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.) Instituciones, vida Social e intelectual, in *Historia de España Menéndez Pidal*, Tomo V, Ed. Espasa-Calpe, S.A., Madrid.

LOPES, J. B. S. 1841. *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa.

MABBERLEY, D.J., PLACITO, P.J. 1993. *Algarve Plants and Landscape. Passing Tradition and Ecological Change*. Oxford: Oxford University Press.

NAVARRO, Carmen (1994) – Los espacios irrigados rurales y el tamaño de sus poblaciones constructoras en al-Andalus. Lieter, un ejemplo. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 3 (1994) pp. 171-186.

RIBEIRO, O. 1991. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico [1945]*. Lisboa: Sá da Costa.

RIBEIRO, O. 2011. *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição [1968]*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TELLES, G. R. 1975. “Da Formação do Solo à Socialização da Paisagem”. In *Uns Comem os Figos...* Lisboa: Seara Nova, pp. 55-149.

WATSON, Andrew M. (1998): *Innovaciones en la Agricultura en los Primeros Tiempos del Mundo Islámico. Difusión de los Distintos Cultivos y Técnicas Agrícolas del Año 700 al 1100*. Granada, Editorial Universidad de Granada. ISBN 84-338-2364.